

SUMÁRIO



IFPE

Assistente de Alunos

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e compreensão de textos: Reconstrução de informações do texto: identificação de informações implícitas; relações entre informações do texto e conhecimentos prévios; reconhecimento de: tema, finalidade e intenções, ordenação e hierarquia de ideias, ambiguidade, ironia, humor, opiniões e valores; identificação do sentido de uma palavra pelo contexto; identificação do locutor e interlocutor; intertextualidade e produção de sentidos, efeitos da citação de um texto em outro; síntese ou paráfrase de textos ou de parágrafos.....	1
Gêneros e tipos textuais: estrutura e elementos de texto narrativo nos gêneros relato, notícia e crônica; elementos do texto argumentativo e tipologia da argumentação em gêneros diversos: tese, argumento e contra-argumento, refutação; estratégias de persuasão e efeitos pretendidos; aspectos temáticos de textos literários; tipos descritivo, injuntivo e expositivo; análise das características discursivas de gêneros diversos.....	10
Tópicos linguísticos: Relações coesivas estabelecidas por pronomes e advérbios	20
Relações semântico-sintáticas entre termos da oração e entre orações: explicação, oposição, conclusão, adição, alternância, causa, consequência, tempo, finalidade, condição, comparação, conformidade, proporção	22
Emprego da pontuação	24
Sintaxe de concordância e de regência nominal e verbal	29
Novo Acordo Ortográfico	33
Questões	38
Gabarito.....	51

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Família de sistemas operacionais microsoft windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado; configurações e painel de controle, abrangendo a solução de problemas; aplicativos pertencentes ao windows (bloco de notas, paint, wordpad e mapa de caracteres).....	1
Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo	50
Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão	54
Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos	57
Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip	59
Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	60

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos).....	63
Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos, inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas.....	85
Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos e efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato pdf).....	109
Navegadores de internet, serviços de busca na web e uso do correio eletrônico	121
Serviços de correio eletrônico	132
Questões	140
Gabarito.....	146

LEGISLAÇÃO APLICADA

Lei n. 8.112/1990 (Regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais); agentes públicos: agentes políticos e servidores públicos	1
Lei federal nº 8.429/1992 E suas alterações (sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa).....	64
Lei federal nº 9.784/1999 E suas alterações (processo administrativo).....	91
Decreto federal nº 9.830/2019 (Regulamenta o processo decisório na administração pública).....	108
Noções de direito constitucional: dos princípios fundamentais, dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos sociais, da administração pública.....	114
Princípios do direito administrativo.....	126
Atos administrativos: elementos e atributos: classificações e espécies dos atos administrativos; anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos	133
Lei federal nº 11.892/2008 - Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e dá outras providências	155
Lei federal nº 11.091/2005 - Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao ministério da educação e dá outras providências.....	162
Noções de licitações e contratos (lei federal nº 14.133/2021)	171
Questões	293
Gabarito.....	298

SUMÁRIO

SUMÁRIO



INTEGRIDADE

Decreto Federal nº 11.529, de 16 de maio de 2023 - Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e define a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal...	1
Decreto Federal nº 1.171, de 22 de junho de 1994 - Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.....	6
Decreto Federal nº 12.122, de 30 de julho de 2024 - Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação	10
Decreto Federal nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 - Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	13
Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).....	19
Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação.....	42
Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024 - Institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações.....	54
Questões	66
Gabarito.....	72

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Aspectos filosóficos e sociológicos da educação: educação como prática social e a escola como espaço político-pedagógico.....	1
Estrutura e organização da educação brasileira: a educação na constituição federal/1988.....	3
Lei de diretrizes e bases da educação nacional (lei federal nº 9.394, De 20 de dezembro de 1996, e suas alterações)	9
Adolescência e juventude: questões enfrentadas por adolescentes e jovens no brasil	41
Estatuto da criança e do adolescente - eca (lei federal nº 8.069, De 13 de julho de 1990, e suas alterações); título i - das disposições preliminares; título ii - capítulo iv (do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer); capítulo v (do direito à profissionalização e à proteção no trabalho)	42
Estatuto da juventude (lei federal nº 12.852, De 05 de agosto de 2013)	43
A educação profissional de jovens e adultos na rede federal proeja)	54
Espaço de formação profissional: práticas pedagógicas	55
Gestão escolar democrática.....	56
A inclusão de pessoas com deficiência no espaço educativo	63
Diversidade sexual e de gênero	76
Educação antirracista e o enfrentamento a preconceitos na educação profissional e tecnológica	77
O bullying e o cyberbullying.....	79

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Ética, disciplina e indisciplina dos estudantes nas relações	80
Recursos tecnológicos: a utilização de recursos tecnológicos nos espaços de formação.....	81
Questões	83
Gabarito.....	90

SUMÁRIO



IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E RELAÇÕES COM CONHECIMENTOS PRÉVIOS

A leitura eficiente de um texto pressupõe a capacidade do leitor de ir além do que está dito diretamente. Muitas vezes, o sentido de uma mensagem está construído nas entrelinhas, e reconhecê-lo exige a habilidade de identificar informações implícitas e de ativar conhecimentos prévios, ou seja, aquilo que já se sabe sobre o mundo, sobre o tema em questão, sobre o gênero textual ou sobre os mecanismos da linguagem.

► Informações explícitas e implícitas

As informações explícitas são aquelas declaradas diretamente no texto, podendo ser localizadas com relativa facilidade. Já as informações implícitas são deduzidas com base em pistas linguísticas, contextuais e culturais. Essas pistas exigem que o leitor ative seu repertório e relacione elementos diversos para chegar a uma compreensão mais profunda.

Por exemplo, considere a frase:

“João chegou em casa, largou as chaves na mesa e foi direto para o quarto, sem dizer uma palavra.”

Não está dito que João está irritado ou chateado, mas essa é uma informação que pode ser inferida a partir de comportamentos descritos — o silêncio, o gesto abrupto de largar as chaves, a reclusão imediata. Essa leitura exige sensibilidade ao contexto e familiaridade com situações semelhantes.

► Inferência: o ato de construir sentido

A inferência é o processo pelo qual o leitor supre lacunas do texto a partir da interpretação. Esse processo é essencial à compreensão e se apoia tanto nas estruturas linguísticas do texto quanto no conhecimento de mundo do leitor. Inferir não é adivinhar; é raciocinar com base em dados disponíveis.

Por isso, identificar informações implícitas envolve:

- Reconhecer elementos que não são ditos diretamente, mas sugeridos;
- Relacionar os fragmentos do texto entre si e com a realidade;
- Considerar o gênero e a situação de comunicação do texto;
- Estar atento a marcas linguísticas que indicam omissões, pressupostos ou subentendidos.

► Conhecimentos prévios e leitura ativa

O papel dos conhecimentos prévios na leitura é fundamental. Eles funcionam como esquemas mentais que permitem ao leitor fazer previsões, interpretar omissões e entender referências culturais, históricas ou sociais presentes no texto.

Quando um autor diz:

“Era um 7 de setembro como outro qualquer...”

O texto só adquire sentido completo se o leitor souber que 7 de setembro é a data da Independência do Brasil. Esse conhecimento ativa um campo semântico e histórico que permite a leitura do enunciado em sua profundidade — possivelmente crítica ou irônica, dependendo do contexto.

Além disso, quanto maior o repertório do leitor, maior sua capacidade de estabelecer conexões entre o que lê e o que já sabe, o que amplia a compreensão e favorece a construção de sentidos mais ricos e plurais.



O Windows é o sistema operacional mais popular do mundo, sendo usado em desktops, laptops, tablets e smartphones. O Windows surgiu em 1985 como uma interface gráfica para o MS-DOS, e desde então evoluiu com diversas versões. Vejamos algumas dessas versões:

WINDOWS XP

O Windows XP é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft. Sua primeira versão foi lançada em 2001, podendo ser encontrado na versão Home (para uso doméstico) ou Professional (mais recursos voltados ao ambiente corporativo).

A função do XP consiste em comandar todo o trabalho do computador através de vários aplicativos que ele traz consigo, oferecendo uma interface de interação com o usuário bastante rica e eficiente.

O XP embute uma porção de acessórios muito úteis como: editor de textos, programas para desenho, programas de entretenimento (jogos, música e vídeos), acesso à internet e gerenciamento de arquivos.



Inicialização do Windows XP.

Ao iniciar o Windows XP a primeira tela que temos é tela de logon, nela, selecionamos o usuário que irá utilizar o computador¹.



Tela de Logon.

¹ <https://docente.ifrn.edu.br/moisessouto/disciplinas/informatica-basica-1/apostilas/apostila-windows-xp/view>



A Constituição Federal Brasileira de 1988 trouxe em seu bojo, várias regras de organização do Estado brasileiro, dentre elas, as concernentes à Administração Pública e seus agentes como um todo.

A designação “agente público” tem sentido amplo e serve para conceituar qualquer pessoa física exercente de função pública, de forma remunerada ou gratuita, de natureza política ou administrativa, com investidura definitiva ou transitória.

— Espécies (classificação)

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, entende que quatro são as categorias de agentes públicos: agentes políticos, servidores públicos civis, militares e particulares em colaboração com o serviço público.

Vejamos cada classificação detalhadamente:

Agentes políticos

Exercem atividades típicas de governo e possuem a incumbência de propor ou decidir as diretrizes políticas dos entes públicos. Nesse patamar estão inclusos os chefes do Poder Executivo federal, estadual e municipal e de seus auxiliares diretos, quais sejam, os Ministros e Secretários de Governo e os membros do Poder Legislativo como Senadores, Deputados e Vereadores.

De forma geral, os agentes políticos exercem mandato eletivo, com exceção dos Ministros e Secretários que são ocupantes de cargos comissionados, de livre nomeação e exoneração.

Autores como Hely Lopes Meirelles, acabaram por enfatizar de forma ampla a categoria de agentes políticos, de forma a transparecer que os demais agentes que exercem, com alto grau de autonomia, categorias da soberania do Estado em decorrência de previsão constitucional, como é o caso dos membros do Ministério Público, da Magistratura e dos Tribunais de Contas.

Servidores Públicos Civis

De forma geral, servidor público são todas as pessoas físicas que prestadoras de serviços às entidades federativas ou as pessoas jurídicas da Administração Indireta em função da relação de trabalho que ocupam e com remuneração ou subsídio pagos pelos cofres públicos, vindo a compor o quadro funcional dessas pessoas jurídicas.

Depreende-se que alguns autores dividem os servidores públicos em civis e militares. Pelo fato de termos adotado a classificação aludida por Maria Sylvia Zanella Di Pietro, trataremos os servidores militares como sendo uma categoria à parte, designando-os apenas de militares, e, por conseguinte, usando a expressão servidores públicos para se referir somente aos servidores públicos civis.

De acordo com as regras e normas pelas quais são regidos, os servidores públicos civis podem ser subdivididos da seguinte maneira:

- **Servidores estatutários:** ocupam cargo público e são regidos pelo regime estatutário.
- **Servidores ou empregados públicos:** são os servidores contratados sob o regime da CLT e ocupantes de empregos públicos.
- **Servidores temporários:** são os contratados por determinado período de tempo com o objetivo de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Exercem funções públicas, mas não ocupam cargo ou emprego público. São regidos por regime jurídico especial e disciplinado em lei de cada unidade federativa.
- **Servidores militares:** antes do advento da EC 19/1998, os militares eram tratados como “servidores militares”. Militares são aqueles que prestam serviços às Forças Armadas como a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, às Polícias Militares ou aos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, Distrito Federal e dos territórios, que estão sob vínculo jurídico estatutário e são remunerados pelos cofres públicos. Por estarem



DECRETO Nº 11.529, DE 16 DE MAIO DE 2023

Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto dispõe, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sobre:

- I - o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal; e
- II - a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 2º Fica instituído o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (Vigência)

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: (Vigência)

I - programa de integridade - conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional;

II - plano de integridade - plano que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período, elaborado por unidade setorial do Sitai e aprovado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade; e

III - funções de integridade - funções constantes nos sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência e outras essenciais ao funcionamento do programa de integridade.

Parágrafo único. O programa de integridade tem o objetivo de promover a conformidade de condutas, a transparência, a priorização do interesse público e uma cultura organizacional voltada à entrega de valor público à sociedade.

Art. 4º São objetivos do Sitai: (Vigência)

I - coordenar e articular as atividades relativas à integridade, à transparência e ao acesso à informação;

II - estabelecer padrões para as práticas e as medidas de integridade, transparência e acesso à informação; e

III - aumentar a simetria de informações e dados nas relações entre a administração pública federal e a sociedade.



— Aspectos Filosóficos da Educação

Os aspectos filosóficos da educação constituem uma reflexão profunda sobre os fundamentos e propósitos da formação humana, transcendendo a simples transmissão de conhecimento para abraçar uma visão mais abrangente e significativa do papel da educação na sociedade. Essa perspectiva filosófica não apenas lança luz sobre a natureza da aprendizagem, mas também orienta a construção de práticas educativas que buscam moldar não apenas mentes, mas também caracteres e consciências.

No cerne dessa abordagem filosófica está a compreensão de que a educação não é uma atividade isolada, mas uma prática social intrinsecamente conectada ao contexto em que ocorre. A filosofia da educação, ao invés de se restringir a métodos e técnicas, procura explorar as questões mais profundas sobre o significado da aprendizagem, o propósito da formação e o papel do indivíduo na sociedade.

Ao adentrar no âmbito filosófico da educação, deparamo-nos com questionamentos essenciais sobre o que significa ser educado, qual é o papel do educador e qual a relação entre conhecimento e valores. Estas não são apenas indagações acadêmicas; são questões que permeiam a essência da experiência educacional e moldam os alicerces das instituições de ensino.

A matriz curricular, como expressão tangível desses aspectos filosóficos, transcende a mera organização de disciplinas para se tornar um instrumento que busca formar não apenas profissionais capacitados, mas cidadãos conscientes e éticos. Disciplinas como Filosofia da Educação são incorporadas não apenas para agregar conteúdo, mas para fornecer um arcabouço teórico que permite uma compreensão mais profunda dos valores e das intenções subjacentes ao ato educativo.

Essa abordagem filosófica também lança luz sobre a escola como um espaço complexo e multifacetado. Não é meramente um local de transmissão de informações, mas um ambiente onde se forjam identidades, se desenvolvem valores e se constroem as bases para a participação cívica. A escola, assim, é concebida como um espaço político-pedagógico, onde as práticas educativas não são neutras, mas refletem escolhas políticas e pedagógicas que moldam a sociedade.

A interdisciplinaridade, conceito cujas raízes remontam à filosofia, é incorporada à matriz curricular como uma estratégia para superar as barreiras tradicionais do conhecimento. A integração de diferentes disciplinas em projetos comuns não é apenas uma prática pedagógica; é uma manifestação filosófica que reconhece a complexidade e a interconexão do saber.

Outro ponto central desses aspectos filosóficos reside na reflexão constante sobre as práticas avaliativas. A avaliação deixa de ser apenas um meio de mensurar o desempenho dos estudantes e se transforma em uma ferramenta para o desenvolvimento contínuo e a construção do pensamento crítico. A ênfase recai não apenas nos resultados finais, mas no processo de aprendizagem e na capacidade dos estudantes de analisar, questionar e argumentar.

O caráter político da educação, imbuído nessa filosofia, destaca a importância do diálogo e da participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento. A matriz curricular é elaborada de maneira a proporcionar espaços para debates, discussões e atividades práticas que engajem os estudantes não apenas como receptores passivos, mas como agentes ativos no processo educacional.

Em última análise, os aspectos filosóficos da educação não são apenas teorias abstratas, mas fundamentos que permeiam e orientam a prática educativa. São a bússola que guia a formação de indivíduos não apenas bem instruídos, mas conscientes de seu papel na sociedade. A educação, vista através dessa lente filosófica, é mais do que um meio para um fim profissional; é um caminho para o desenvolvimento integral do ser humano e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e participativa.